COMBOIOS DE PORTUGAL

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

AUDIÇÃO DO PCA DA CP

COMISSÃO PARLAMENTAR DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

6 MARÇO 2019

EMPRESA CERTIFICADA eiC ISO 9001

Mod_80-007

COMBOIOS DE PORTUGAL

Temas a abordar
Estes requerimentos surgiram na sequencia de noticias na Comunicação Social, dando nota da exoneração do diretor de material circulante da CP, alegadamente por se ter oposto ao prolongamento do ciclo de manutenção de uma serie de Unidades Triplas Elétricas do Parque de Material Circulante da CP.

1. Operação (2018)

2. Recursos humanos

3. Material circulante

4. Exoneração do ex-diretor de material circulante

5. EMEF
   Capacidade de resposta na manutenção e reparação de material CP

6. Contrato de Serviço Publico

7. Outros
   Código de Ética – alteração em 2018 (RGPD)

COMBOIOS DE PORTUGAL

CP

Caracterização e dados

COMBOIOS DE PORTUGAL

A OPERAÇÃO

NÚMERO DE PASSAGEIROS 2014-2018

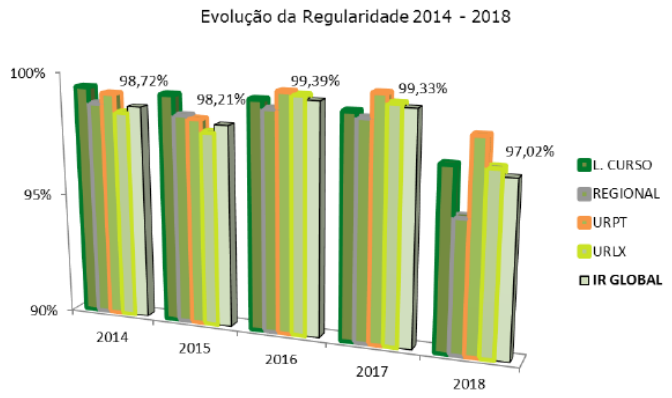
RENDIMENTOS DE TRÁFEGO 2014-2018

RENDIMENTOS TRAEFGO	TOTAL	AP+IC+INT	TOTAL REGIONAL	URBANOS LIBOA	URBANOS PORTO
2014	214 475 501 €	88 920 626 €	27 908 814 €	73 282 934 €	24 363 128 €
2015	220 559 412 €	92 724 562 €	28 073 090 €	75 058 041 €	24 703 720 €
2016	230 372 077 €	98 615 975 €	28 146 490 €	78 416 232 €	25 193 381 €
2017	249 889 684 €	107 084 723 €	29 585 345 €	86 321 587 €	26 898 029 €
2018	259 024 000 €	110 461 000 €	28 734 000 €	91 682 000 €	28 147 000 €

COMBOIOS DE PORTUGAL

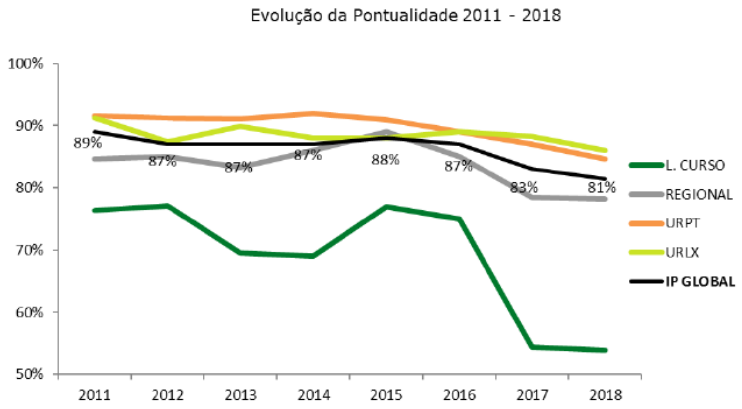
REGULARIDADE E PONTUALIDADE

Regularidade



IR Global inclui Comboios Especiais

Pontualidade



Exclui marchas programadas e comboios sem marcha pré-estabelecida

Pontualidade dos serviços afetada por:

- Degradação da infraestrutura
- Afrouxamentos em vários pontos da rede ferroviaria
- Intervenções na infraestrutura

COMBOIOS DE PORTUGAL

SUPRESSÕES

CAUSAS DE SUPRESSÃO - ANO 2018		
MOTIVO SUPRESSÃO	**SUPRESSÃO TOTAL**	**SUPRESSÃO PARCIAL**
CONFLITO LABORAL (CP/IP)	8.416	101
AVARIA OU ANOMALIA DE MATERIAL	3.092	332
OUTROS	411	491
TOTAL:	**11.919**	**924**

Greves

Em 2018, verificaram-se 10 dias de greve.

Em 2017, não houve greves.

COMBOIOS DE PORTUGAL

CICLO DE MANUTENÇÃO UTE 2240

Os ciclos de manutenção de material circulante preveem diversas visitas às oficinas em operações de manutenção corretiva e preventiva. Deste acompanhamento e observação permanente resulta um conhecimento do comportamento de cada série e cada unidade, nomeadamente os tempos de vida e durabilidade dos vários componentes, que variam, naturalmente, com as condições especificas de utilização e circulação. As alterações aos ciclos de manutenção de material circulante obedecem a regulamentação especifica que determina a tomada de medidas que garantam a segurança e fiabilidade das condições de circulação.

30-10-2018 – A CP comunicou ao IMT a alteração do Ciclo de Manutenção das UTE 2240, ao abrigo do Regulamento 18/2000, tendo o IMT solicitado que esta alteração fosse avaliada nos termos do Anexo 15 do manual do Sistema de Gestão de Segurança da CP.

09-11-2018 - A CP transmitiu ao IMT o resultado desta análise, cujo desenvolvimento interno tinha sido promovido aquando da alteração de ciclo.

Notas:

- Os ciclos de manutenção de material circulante da CP são elaborados, verificados e aprovados pela EMEF. A CP é responsável pela sua homologação.

- Ao IMT, no âmbito do Regulamento 18/2000, é dado conhecimento.

- Estes procedimentos foram os aplicados no processo de alteração do Ciclo de Manutenção das UTE 2240.

- Neste processo, não são afetados os processos de intervenção ou revisão dos órgãos críticos das unidades automotoras. A alteração efetuada abrange essencialmente os bogies.

- Antes desta alteração, estas unidades teriam uma Reparação Intermédia aos 1.700.000 kms, seguida de uma Revisão Geral aos 2.400.000 kms;

- Considerando o estado dos bogies nas intervenções de reparação intermédia (RI) aos 1.700.000 km, onde o bogie é todo desmontado em oficina para verificação de condição, e posterior remontagem (imobilização de cerca de 2 semanas), regressando ao serviço por apenas mais 700.000 km altura em que atingiria os 2.400.000 km preconizados para a reparação geral.

- Foi decidido alterar o valor nominal para 1.800.000 km para execução da revisão geral (RG), deixando assim de ser realizada uma intervenção intermedia de RI seguida de uma intervenção RG.

- O valor nominal terá uma tolerância de 10%, que permitirá chegar, no limite, aos 1.980.000 kms de acordo com a apreciação técnica do resultado das intervenções de reparação geral que, entretanto, se realizem.

INCIDENTES

CPA 4005 – no dia 11de setembro de 2018, verificou-se uma rotura do veio de um rodado

UTD 592.060 – no dia 31 de janeiro de 2019, a fratura do veio de transmissão entre um motor diesel e a caixa de transmissão originou a quebra de um dos apoios do motor diesel.

Estes processos estão em investigação pelo GPIAAF, que detém a custódia dos componentes avariados ou danificados.

São ocorrências naturalmente sensíveis, mas não estão relacionadas com processos de manutenção ou reparação, nem situações de alterações de ciclo.

Os dois veículos tinham em dia o cumprimento escrupuloso dos planos de manutenção. Não existe registo de situações similares. Foram situações pontuais que, naturalmente, estão a ser alvo da adequada analise técnica por parte dos técnicos das empresas, nomeadamente por entidades externas reputadas (exemplo de FEUP).

A título preventivo foi de imediato efetuada uma verificação geral da frota destas duas séries.

Outros incidentes:

- Descarrilamento de comboio Intercidades, a 4 de março de 2018, na Beira Alta, por embate em pedras na via;

- Descarrilamento de comboio Interregional, a 20 de março de 2018, na Linha do Douro, por embate em pedras na via.

ALUGUER DE MATERIAL À RENFE (UTD 592+TALGO)

Parque de 20 unidades UTD 592 é reforçado com 4 unidades adicionais em 2019, para fazer face aos constrangimentos verificados no parque de material diesel da CP.

Previsão de entrega das próximas unidades: março, junho e setembro.

A primeira unidade está em Portugal e deverá começar a circular nos próximos dias, apos a emissão de autorização de circulação pelo IMT.

Aluguer de material à RENFE	
2014	7.773.604€
2015	8.217.525€
2016	8.286.911€
2017	8.286.911€
2018	8.247.441€

CONCURSO DE MATERIAL CIRCULANTE

Lançado no dia 7 de janeiro de 2019, o concurso para aquisição de 12 Unidades Automotoras Bi-modo e 10 Unidades Automotoras Elétricas.

O concurso tem as seguintes fases:

- Apresentação de candidaturas e qualificação de candidatos;
- Apresentação e análise das versões iniciais das propostas;
- Negociação das propostas;
- Apresentação das versões finais das propostas e adjudicação.

O prazo de candidaturas terminou em 12.02.2019 tendo apresentado candidatura 5 entidades: Alstom, Stadler, CAF, Siemens e Talgo.

O Júri do Concurso está a analisar os documentos de candidatura tendo em vista apurar o cumprimento dos requisitos de capacidade técnica e de capacidade financeira, dos candidatos. Serão qualificados todos os candidatos que cumpram os rácios de capacidade financeira definidos ou apresentem uma declaração bancária de substituição (de acordo com as regras do Código dos Contratos Públicos) e que cumpriram os requisitos de capacidade técnica.

Esta Fase termina com a elaboração pelo Júri do Concurso de um Relatório de Qualificação de Candidaturas que submeterá ao Conselho de Administração para decisão.

Os candidatos qualificados serão convidados a apresentar propostas, seguindo-se as restantes Fases do Concurso.

RECURSOS HUMANOS

Número de efetivos CP

		2017	2018			
		EFETIVO	Necessidades de Recrutamento	ADMISSÕES	Saídas	EFETIVO dezembro
	EFETIVO a CARGO da CP	**2 681**	**88**	**29**	**55**	**2 658**
CARREIRA	**COMERCIAL**	1 245	53	14	22	1 236
	TRAÇÃO	782	20	10	10	781
	MATERIAL	71	11		6	65
	MANOBRA	60	3		1	59
	ADMINISTRATIVA	100		2	3	101
	TÉCNICOS	267	1	3	2	267
	Outras Categorias	156			11	149

CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO

Com a liberalização do transporte ferroviário nacional de passageiros, o enquadramento legal comunitário subjacente, obriga a existência de contratos de serviço público a partir de dezembro do presente ano.

O referido contrato tem por objeto a contratualização do serviço público de transporte ferroviário nacional de passageiros de interesse económico geral, fixando as obrigações de serviço público às quais a CP fica adstrita e as condições em que são devidas as compensações financeiras pelo Estado à CP, assim como a atribuição de direitos exclusivos como contrapartidas pela imposição das referidas obrigações.

Em sede de Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 2018, o Governo decidiu atribuir o estatuto de operador interno à CP, conforme plasmado no Decreto-Lei n.º 124-A/2018 de 31 de dezembro, alterando o decreto-Lei nº 137-A/2009, de 12 de junho, que aprovou os Estatutos da CP.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 188-A/2018, publicada em 31 de dezembro, delega a competência nas tutelas setorial e das finanças para aprovação da minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP - - Comboios de Portugal, E. P. E., e autoriza a despesa com as respetivas indemnizações compensatórias até ao montante de 80 milhões de euros.

Face ao disposto na alínea ii), do n.º 2, e o nº 2-A, ambos do artigo 8.º, do Regulamento n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de

outubro, nas redações introduzidas pelo Regulamento n.º 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, o contrato pode ser adjudicado por ajuste direto, por um prazo de 10 anos, acrescido de mais 5 anos, atentos os ativos alocados e ligados predominantemente ao objeto do contrato.

Na proposta de contrato submetida às Tutelas pela CP, são considerados serviços de interesse económico geral (SIEG) e contratualizadas as obrigações de serviço público prestadas nos serviços urbanos/suburbanos, regionais e nos de longo curso (Intercidades).

Os serviços regional e de longo curso (Intercidades) são tratados de forma integrada através de eixos de mobilidade, organizados em função da complementaridade da oferta, dos padrões de mobilidade das populações e da coesão social e territorial, por assegurarem a mobilidade interna de e entre determinadas regiões, assim como a sua ligação aos principais polos nacionais de influência suprarregional.

Para efeitos do apuramento da compensação financeira, o montante de custos admitido em cada ano é limitado por um fator de eficiência a aplicar à componente de custos controlados pela CP.

A compensação acima referida inclui um lucro razoável, cujo montante se propôs ser de 5%, em função do risco a suportar pela CP e tendo presentes outros exemplos europeus em contratos da mesma natureza, nos termos da legislação europeia em vigor e já referida supra.

A proposta encontra-se em análise na SET.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética da CP foi aprovado em 31.05.2007.

Os Códigos de Ética são documentos, com enquadramento legal especifico, que estabelecem os valores e princípios, que orientam a atividade e atuação das empresas e instituições e, consequentemente, de todos quantos com elas se relacionam.

Em 6 de dezembro de 2018, o Código de Ética da CP foi revisto com o objetivo de dar cumprimento à legislação em vigor sobre Proteção de Dados Pessoais (RGPD). A alteração consistiu na introdução de 2 alíneas referenciando que a empresa se compromete a cumprir a referida legislação e que os colaboradores devem atuar da mesma forma.

As alterações a este documento são sempre objeto de divulgação aos trabalhadores da empresa, o que se verificou, também desta vez, no dia 12 de dezembro.

EMEF

RECURSOS HUMANOS EMEF – EFETIVO NOS FINAIS DOS EXERCÍCIOS	
2018	1.031
2017	1.036
2016	1.048
2015	979
2014	1.030
2013	1.069
2012	1.111
2011	1.236
2010	1.487

Reforço do quadro de efetivos

2018 – Admitidos 102 operários autorizados pelo MF, bem como os trabalhadores ao abrigo do PREVPAP (37). No entanto, no decorrer deste ano saíram por reforma e outros motivos 102 trabalhadores.

Mantém-se a insuficiência de trabalhadores em número suficiente para repor a capacidade de resposta EMEF, situação que se vai manter, uma vez que as saídas naturais e as decorrentes de carreiras profissionais longas continuam a acontecer em consequência de um efetivo de idades medias muito elevadas.

Foi, entretanto, apresentado um plano de recrutamento de 57 trabalhadores.